O Estado de Direito num Estado forte

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Concepções mínima e substancial do Estado de Direito

A teoria do direito distingue entre uma concepção mínima (thin) e uma concepção substancial (thick) do Estado de Direito (rule of law). A concepção mínima exige que o Estado atue por meio de leis gerais, públicas, prospectivas e estáveis, aplicadas por tribunais independentes, e que os próprios agentes públicos estejam sujeitos à lei. A concepção substancial acrescenta requisitos materiais, como a democracia, a proteção dos direitos fundamentais e a liberdade de imprensa. Singapura cumpre a concepção mínima em grau muito elevado. Sua relação com a concepção substancial é controversa.

Os próprios juristas de Singapura enfrentam essa distinção abertamente. O ex-Chief Justice (presidente do Judiciário) Chan Sek Keong sustentou que os tribunais dão efeito ao Estado de Direito dentro do quadro constitucional criado pelo Parlamento.[1] Críticos como Jothie Rajah descreveram o modelo de Singapura como um "Estado de Direito autoritário" (authoritarian rule of law), em que o direito serve tanto para legitimar o poder estatal quanto para limitá-lo.[2] Para um centro financeiro, o debate

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

tem importância prática, porque os investidores precisam avaliar se as qualidades medidas pela concepção mínima permanecerão estáveis num sistema que não atende plenamente à substancial.

Controle judicial e limites da discricionariedade do Executivo

Os tribunais de Singapura afirmaram seu poder de controlar a legalidade dos atos do Executivo. A história dessa afirmação é instrutiva. Em *Chng Suan Tze v Minister for Home Affairs*, julgado em 8 de dezembro de 1988, a Court of Appeal decidiu que a discricionariedade do Presidente e do ministro para deter pessoas com base no Internal Security Act (lei de segurança interna) estava sujeita a um critério objetivo e, portanto, podia ser revista pelos tribunais. Declarou que a noção de uma discricionariedade subjetiva ou ilimitada é contrária ao Estado de Direito. O Parlamento reagiu em poucas semanas. Um novo artigo 149(3) da Constituição, em vigor desde 27 de janeiro de 1989, e alterações ao Internal Security Act, em vigor desde 30 de janeiro de 1989, restauraram a situação anterior e restringiram o controle judicial das detenções a questões de procedimento.[3]

O episódio mostra os dois lados do sistema. Os tribunais enunciaram um princípio de legalidade em termos que qualquer tribunal de common law reconheceria. O Legislativo, controlado pelo partido no governo, limitou então sua aplicação no campo da segurança interna. Fora desse campo, o princípio sobreviveu. Decisões posteriores da Court of Appeal apoiaram-se nele para rever o exercício de poderes legais de detenção e de administração. Para os agentes econômicos, o ponto importante é que o controle da discricionariedade administrativa continua disponível nos campos que lhes dizem respeito, como licenciamento, tributação e contratações públicas, ainda que raramente seja usado contra o regulador financeiro.

Difamação, desacato e falsidades on-line

Os limites do modelo de Singapura ficam mais visíveis no direito que rege o discurso público. Líderes políticos moveram ações de difamação contra políticos de oposição e críticos. Observadores apontam a frequência dessas ações como um dos fatores do

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

predomínio do partido no governo.[4] O Administration of Justice (Protection) Act 2016 codificou o direito do desacato ao tribunal (contempt of court), incluindo o crime de desmoralizar o Judiciário (scandalising the judiciary).[5] O Protection from Online Falsehoods and Manipulation Act, aprovado em 8 de maio de 2019 por 72 votos a 9 e em vigor desde 2 de outubro de 2019, permite que ministros determinem a correção ou a remoção de declarações on-line que considerem falsas. Os afetados devem primeiro pedir ao ministro que modifique ou revogue a determinação e podem depois recorrer à High Court.[6]

Essas leis não afetam a execução de contratos comerciais. Elas moldam o ambiente em que a imprensa, a academia e a sociedade civil discutem o Estado, inclusive a conduta do governo em matéria econômica. Um centro financeiro depende de informação tanto quanto de tribunais. A qualidade do debate público sobre escândalos bancários, falhas regulatórias e empresas ligadas ao Estado é um dos canais pelos quais erros são detectados e corrigidos. Essa função é mais estreita em Singapura do que em Genebra ou Londres. A resposta oficial ao caso de lavagem de dinheiro de 2023 veio sobretudo por meio de declarações do governo, respostas parlamentares e processos judiciais.

Por que um partido dominante se submete à lei

O enigma central permanece. O People's Action Party (PAP) governa desde 1959. Nas eleições gerais de 3 de maio de 2025, conquistou 87 das 97 cadeiras eletivas, com 65,57% dos votos.[7] Um governo com essa maioria pode alterar a maior parte das disposições da Constituição com seus próprios votos. Ainda assim, manteve um Judiciário que decide causas comerciais e administrativas com independência e uma agência anticorrupção que processou seus próprios ministros.

A explicação está em grande parte na estratégia econômica do Estado. Um país pequeno, sem recursos naturais, depende de capital, empresas e talentos estrangeiros. Esses atores exigem um direito previsível e agentes públicos honestos e podem ir embora se não os encontrarem. A geração fundadora de líderes tirou essa conclusão de forma explícita e assentou a legitimidade do Estado no desempenho, do qual fazem parte um governo íntegro e um direito confiável. Lee Kuan Yew

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

descreveu em suas memórias o combate à corrupção como condição de sobrevivência.[8] A política de pagar a ministros e altos funcionários salários referenciados ao setor privado, que o governo justificou como defesa contra a corrupção, segue a mesma lógica. Os ministros de Singapura estão entre os políticos mais bem pagos do mundo.[9]

Uma segunda explicação está no interesse próprio de um partido dominante com horizonte longo. A corrupção dentro do partido no governo ameaçaria sua base eleitoral e sua pretensão de governar melhor do que qualquer alternativa. O processo contra ministros, doloroso no curto prazo, protege o ativo central do partido, que é sua reputação de integridade. A mesma lógica explica por que os tribunais têm liberdade para decidir causas comerciais. Sua credibilidade serve à estratégia do Estado, enquanto os limites ao controle judicial em áreas sensíveis são traçados abertamente por lei, pela qual o Parlamento precisa responder.

O modelo tem uma vulnerabilidade. Seu Estado de Direito depende em grande parte do compromisso contínuo da liderança política, já que os limites formais a essa liderança são mais fracos do que numa democracia federal com votações populares diretas. Os investidores até agora não tiveram motivo para duvidar desse compromisso, pois as transições de poder de Lee Kuan Yew para Goh Chok Tong, Lee Hsien Loong e Lawrence Wong o preservaram. O capítulo K.VI examina até que ponto se pode esperar que o modelo se mantenha até 2035.

Integridade sob pressão

Os anos desde 2023 puseram o sistema à prova em várias frentes ao mesmo tempo. O processo contra um ministro, o caso de lavagem de dinheiro envolvendo ativos de cerca de três bilhões de dólares de Singapura e as penalidades que a Monetary Authority of Singapore (MAS) aplicou a nove instituições financeiras em julho de 2025 revelaram fragilidades.[10] Mostraram também instituições que reagiram por meio de investigação, acusação e tribunais. Todos os dez réus do caso de lavagem de dinheiro foram condenados e entregaram ativos de cerca de 944 milhões de dólares de Singapura.[11] O capítulo E.VI examina o caso, suas consequências para os bancos e as penalidades de julho de 2025.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Nem todos os casos foram resolvidos de forma que satisfizesse os observadores. No caso Keppel, originado de propinas pagas no Brasil por uma subsidiária de um grupo de Singapura ligado ao Estado, o órgão anticorrupção encerrou sua investigação em 2023 por insuficiência de provas e emitiu advertências a seis ex-funcionários em vez de processá-los.[12] A decisão foi criticada no Parlamento e na imprensa, porque o grupo havia admitido o suborno em processos no exterior. O capítulo H.V discute o caso juntamente com os acordos de suspensão do processo (deferred prosecution agreements) e a responsabilidade penal das pessoas jurídicas em Singapura. Para o presente argumento, o caso marca o limite externo do regime anticorrupção. Sua força está na corrupção doméstica, ao passo que o suborno transnacional praticado por empresas de Singapura por meio de intermediários estrangeiros é mais difícil de processar no país.

Notas

1. Chan Sek Keong, "The Courts and the 'Rule of Law' in Singapore", *Singapore Journal of Legal Studies* [2012] 209–231. ↩
2. Jothie Rajah, *Authoritarian Rule of Law: Legislation, Discourse and Legitimacy in Singapore*, Cambridge, Cambridge University Press, 2012. ↩
3. Wikipedia, "Chng Suan Tze v Minister for Home Affairs" (acesso em novembro de 2026): [1988] SGCA 16, [1988] 2 SLR(R) 525, decisão de 8 de dezembro de 1988; o tribunal aplicou um critério objetivo e afirmou que "the notion of a subjective or unfettered discretion is contrary to the rule of law". Wikipedia, "Chng Suan Tze v Minister for Home Affairs" (acesso em novembro de 2026): o Parlamento aprovou alterações em janeiro de 1989 para reverter a decisão; um novo artigo 149(3) da Constituição entrou em vigor em 27 de janeiro de 1989 e as alterações ao Internal Security Act em 30 de janeiro de 1989, devolvendo o controle judicial à posição de 1971 em *Lee Mau Seng*. ↩
4. Wikipedia, "Politics of Singapore" (acesso em novembro de 2026): "defamation lawsuits against high-profile political opponents" apontadas como fator-chave do predomínio do People's Action Party. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

5. Administration of Justice (Protection) Act 2016 (Act 19 of 2016), aprovado em 15 de agosto de 2016 e em vigor desde 1º de outubro de 2017; codifica o desacato ao tribunal (contempt of court), incluindo o scandalising the court. ↩

6. Wikipedia, "Protection from Online Falsehoods and Manipulation Act 2019" (acesso em novembro de 2026): projeto aprovado em 8 de maio de 2019 por 72 votos a 9; em vigor desde 2 de outubro de 2019; "Government ministers will issue instructions to correct falsehoods through an appointed Competent Authority"; o pedido de modificação ou revogação de uma determinação é feito primeiro ao ministro, e os pedidos "must be made within 14 days to the High Court". ↩

7. Wikipedia, "2025 Singaporean general election" (acesso em novembro de 2026): eleições realizadas em 3 de maio de 2025; o PAP conquistou 87 das 97 cadeiras com 65,57% dos votos; o Workers' Party manteve suas dez cadeiras. Wikipedia, "Politics of Singapore" (acesso em novembro de 2026): Singapura é "governed by the People's Action Party (PAP) since 1959". ↩

8. Lee Kuan Yew, *From Third World to First: The Singapore Story 1965–2000*, Singapura, Times Editions, 2000, capítulo "Keeping the Government Clean". ↩

9. Wikipedia, "Politics of Singapore" (acesso em novembro de 2026): "Ministers in Singapore are the highest paid politicians in the world, receiving a 60% salary raise in 2007"; um comitê para rever a remuneração dos políticos foi nomeado em 2011. ↩

10. Wikipedia, "2023 Singapore money laundering case" (acesso em novembro de 2026): ativos "worth 3 billion SGD"; a Monetary Authority of Singapore "imposes S$27.45 million in penalties on nine financial institutions" por violações das regras de combate à lavagem de dinheiro ligadas ao caso (julho de 2025). ↩

11. Wikipedia, "2023 Singapore money laundering case" (acesso em novembro de 2026): todos os dez acusados condenados; penas de cerca de 13 a 17 meses; total de S$ 944 milhões entregues pelos dez condenados. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

12. Wikipedia, “Corruption in Singapore” (acesso em novembro de 2026): no caso Keppel, o CPIB encerrou sua investigação em 2023 por insuficiência de provas, e seis ex-funcionários receberam advertências em vez de serem processados. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com